

DESTAQUE

RACISMO À PORTUGUESA IV

Dos alunos negros espera-se apenas “a escolaridade obrigatória”

Uma sala de aula com filas atrás para os negros e à frente para os brancos. Uma professora com dificuldade em acreditar que a aluna merecia mesmo 18. “Obviamente que somos muito mais analisados, avaliados e escrutinados”

Joana Gorjão Henriques

Em São Domingos de Rana, na linha de Cascais, fica o bairro das Faceiras, construído no início dos anos 1980 para acolher população retornada das ex-colónias e famílias de origem cabo-verdiana.

Neste conjunto de prefabricados, as crianças brincavam na rua. Cristina Roldão, 37 anos, era uma delas. Também a socióloga, à medida que ia avançando no percurso, se lembra de questionar sobre o porquê de alguns dos mais inteligentes amigos irem ficando para trás. A investigação académica que desenvolve acaba por ir ao encontro dessa inquietação. Será que hoje continua a ser assim? Na tese de doutoramento centrou-se nos jovens de origem africana de contextos desfavorecidos que chegam ao ensino superior. “É preciso muita coisa confluir, e em várias fases da vida.” Não se espere “o jovem resi-

liente que ‘vem desde o início’ com o sonho de chegar à faculdade”.

É o seu caso: foi trabalhadora-estudante e “não era evidente que ia para a universidade”, conta. Mas candidatou-se. Quando aos 19 anos o seu nome apareceu nas pautas de entrada na faculdade, em Sociologia e Planeamento, no ISCTE, “andou meses em estado de graça”.

Ao atravessar a rua para ir à escola primária, José Semedo Fernandes ficava de costas para Santa Filomena, na Amadora, onde cresceu. Hoje, aquele bairro de construção informal já não existe. Nem a escola. Mas perdura a memória da sala de aula: “Havia uma fila de portugueses, outra fila vazia a separar, e nós (negros) começávamos a partir da terceira fila. Os professores davam aulas para os alunos da frente.”

Na sala e no recreio, a maioria das crianças era do bairro, habitado por cabo-verdianos. Quanto mais avançava na escolaridade, menos colegas negros tinha: “Parece que há uma

pressão que nos faz sentir não pertencer àquele mundo.”

José Semedo Fernandes, hoje com 38 anos, começou a sentir a segregação “logo na primária”: “Quiseram mostrar que o meu lugar era lá atrás. A mim estava reservada a construção, e não precisava de me esforçar muito.”

Ao entrar na faculdade, Cristina Roldão sentiu que tinha finalmente encontrado um espaço de discussão sobre temas em que há muito a interpelavam. Na altura, falava-se de desi-

Quanto mais avançavam na escolaridade, menos colegas negros Cristina Roldão e José Semedo tinham

gualdades ligadas às migrações. Isso fazia sentido para a geração dos seus pais, mas não para a sua, nem para a da irmã, 12 anos mais nova, ambas nascidas em Portugal. “Porque sou daqui, sou negra.”

Pelo caminho, conheceu académicos e pensadores que reconheciam as desigualdades e a exclusão de “filhos de imigrantes”, mas quando chegava o tema do racismo “ninguém queria falar” dele.

Isto é, explicava-se muitas vezes que “há estruturas sociais que operam de forma a segmentar e a polarizar a sociedade, que há questões de classe, mas que se os negros tivessem capacidade económica, [as desigualdades] não existiam”. Durante um período, Cristina Roldão “quis acreditar nisso”.

No entanto, olhava à volta e era a única aluna negra da turma na universidade nascida em Portugal. Nunca teve professores negros. Nunca lhe foram referenciados sociólogos negros para estudar. “Den-



Há uma interrogação em relação às nossas capacidades e potencialidades desde o infantário

Joacine Katar Moreira
Historiadora



MÁRIO LOPES PEREIRA

Cristina Roldão estuda os afrodescendentes no sistema educativo

tro da faculdade, as pessoas com quem tinha experiência mais próxima eram as senhoras da limpeza.”

Já um pouco mais velho, os amigos da escola não iam a casa de José Semedo porque tinham medo do bairro, e raramente era convidado a ir a casa deles. Devia ter à volta de 12 anos quando um colega o escondeu no armário do quarto até o pai sair. “Porque dizia que o pai era racista e não queria que convivesse com africanos.”

Não era novidade. Um dos episódios que o marcaram foi uma criança na rua a apontar para ele: “Olha o macaco.”

A memória de discriminações de Cristina Roldão é antiga. Na creche, se havia piolhos, as primeiras cabeças a serem inspecionadas eram as dos miúdos negros do bairro; nas peças de teatro, ficava com os papéis de rocha, de árvore ou masculinos; e, por ser boa aluna, havia desconfiança.

Mais velha, sentiu por vezes que queriam colocá-la “na posição de negro especial”: alguém que se torna “a prova de que é possível existirem negros que têm boas notas e que, quando se portam bem”, se transformam num “caso’ para mostrar que a escola também está aberta”, analisa.

Na escola, na vida fora do bairro, “a partir do 5.º ano”, o papel de José Semedo foi desmistificar o que é o “outro”. Não so-

via de *bullying* porque encontrou mecanismos de defesa, mas também não era aquele aluno que se escolhia para um trabalho de grupo.

Quando escolheu Direito, fê-lo porque desde muito cedo percebeu as dificuldades dos negros em defenderem-se: “Havia abusos e não tínhamos voz nem mecanismos para nos proteger.”

Na cerimónia de entrega da cédula pela Ordem de Advogados, ele e outro jovem foram os únicos negros em centenas.

Discriminação num colégio

Durante os oito anos em que esteve no Planalto, em Lisboa, um colégio católico só para rapazes, William Fernandes, 25 anos, conviveu com uns quatro alunos negros.

Pouco tempo depois de entrar no colégio estava na fila do refeitório e um aluno mais velho quis passar à sua frente. Começou a chamar-lhe “preto” e a insultar a mãe. “Senti que tinha de me defender e que não ia aceitar esse tipo de comportamento. Acabei por metê-lo no chão e andámos um bocado à pancada. Chorei, estava tão nervoso.”

A direcção da escola não lhe aplicou castigo. William também não se lembra se alguém condenou o colega racista. O resto do percurso escolar fez-se sem outros incidentes violentos, mas “havia aquelas bocas”, e alunos mais novos que lhe chamavam “preto, preto, preto”. “Aprendi a lidar com isso, ignorava porque eram crianças e os pais e professores é que deviam saber educá-los.”

Ouviu anedotas racistas, ouviu

bocas, ouviu colegas a dizerem que nunca iriam namorar com uma mulher negra. Um professor começou a mandá-lo sistematicamente para fora da sala. “Na altura não sabia bem o que era racismo. Senti que ele não tinha paciência. Não percebia.” Lembra-se de ir defender o irmão mais novo, no mesmo colégio, de situações em que lhe chamavam “preto”.

É preciso verificar

Não estudou num colégio como o Planalto, estudou em Alverca, na zona de Vila Franca de Xira: a historiadora Joacine Katar Moreira, a terminar o doutoramento no ISCTE, sempre teve bons resultados escolares, mas nem por isso se livrou de preconceitos. Por exemplo, lembra-se de no liceu ter tido 18 valores num teste de História e, na hora de lhe dar a nota, a professora quis esperar pelo teste seguinte. “Ou seja, precisava de comprovar se o 18 era efectivamente meu. Como era uma negra, era preciso verificar. Obviamente que somos muito mais analisados, avaliados e escrutinados. Há uma interrogação em relação às nossas capacidades e potencialidades desde o infantário.”

A interrogação número um é: “De onde és?” Isto é uma pergunta que os negros em Portugal passam “a sua existência a responder”, comenta. Estarem a ser confrontados com este “de onde és?” é racismo, é negação do outro enquanto indivíduo com as mesmas possibilidades”, explica. “Quando te consideram estrangeiro, consideram que não estás ao nível de usufruir dos direitos e das hipóteses que os nacionais têm.”

É, de facto, na educação que há um racismo institucional mais estruturante, defende Joacine Moreira, uma das vozes que têm reflectido sobre racismo em Portugal. “A expectativa que se deposita nos afrodescendentes é a da escolaridade mínima obrigatória.”

Desde 2015 que Cristina Roldão participou em mais de 30 conferências internacionais e nacionais, debates não académicos, no centro e na periferia de Lisboa, para falar sobre os afrodescendentes no sistema educativo. Os dados que analisou mostram que 80% dos alunos com nacionalidade de um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) seguem as vias vocacionais no ensino secundário, o dobro dos portugueses (ver texto da página 4). →

DESTAQUE

RACISMO À PORTUGUESA IV

Muita da tónica das suas conclusões tem sido colocada no racismo institucional. “Quando um professor tem baixas expectativas sobre um aluno, isso tende a ser incorporado por ele, que, por sua vez, ajusta o seu nível de desempenho e de rendimento escolar às expectativas do professor – é o amplamente conhecido ‘Efeito Pigmaleão’ ou a profecia que se auto-realiza”, explica. “Não está em causa a relação entre duas pessoas, mas entre um professor e um aluno, no seu papel institucional: aquele professor tem o poder, que lhe é atribuído pelo Estado, de condicionar o futuro” do aluno.

Cristina Roldão sugere ainda olhar-se para o racismo institucional na educação como resultado da combinação de três factores: políticas públicas, estratégias de recrutamento das escolas e estratégias de procura escolar das famílias. “Quando se decide que determinadas populações serão realojadas nos confinamentos de um território, criam-se nesse espaço escolas segregadas que vão receber quase em exclusivo as crianças e os jovens desses bairros”, descreve. “As famílias de classe média, por sua vez, fugirão dessas escolas, potenciando mais a segregação dos primeiros.”

No fundo, “mesmo sem existir uma directiva legal que promova a segregação étnico-racial”, a forma como a escola funciona contribui para a reprodução das desigualdades, analisa. “Se em Portugal não temos tanta consciência disso, em parte é porque existe uma política de não recolha de dados étnico-raciais. Porque é que o Estado, que tem a obrigação constitucional de promover a igualdade e a não discriminação, não tem instrumentos capazes de avaliar se esses princípios estão a ser cumpridos?” A socióloga defende “uma mudança de paradigma de combate às desigualdades”, feita em várias frentes, criando quotas de raça, género, classe. “O racismo é uma questão estrutural, ultrapassa a intencionalidade dos indivíduos”

“Isto não está estudado em profundidade em Portugal, mas recentemente, quando se candidatou a uma bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia com um projecto sobre a segregação de afrodescendentes no ensino, justificaram: ‘Não era original.’”

jgh@publico.pt

Há uma geração nas vias vocacionais

Mais chumbos, menos acesso ao superior. Há racismo institucional no sistema de ensino, diz Ana Benavente

Joana Gorjão Henriques

Na escola, as desigualdades entre alunos afrodescendentes e portugueses existem, independentemente do grau de escolaridade das famílias, diz a socióloga Cristina Roldão, que tem vindo a analisar o desempenho escolar de uns e de outros.

Apenas um exemplo com base nos últimos dados que tem disponíveis, e que são de 2010, de um estudo em que participou para o Observatório das Migrações, coordenado por Teresa Seabra: 13% dos alunos afrodescendentes cujos pais têm o 3.º ciclo ou menos chumbaram ao longo do seu percurso escolar três ou mais vezes; aconteceu o mesmo a 4,6% dos portugueses cuja família tinha o mesmo nível de ensino. Em famílias com níveis de estudos superiores, a disparidade não é muito diferente: 6% dos jovens afrodescendentes cujos pais tinham o ensino secundário ou superior apresentavam no seu currículo pelo menos três reprovagens. Entre os portugueses, a taxa era de 2,4%.

O facto de cerca de 80% dos alunos de um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no ensino secundário seguirem as vias profissionais – o dobro dos portugueses – significa que “não vão ser preparados da mesma forma nos exames de competição de acesso ao ensino superior”, prossegue. Entre os 20% que seguem as vias gerais, metade reprova. “A minha geração

de afrodescendentes é a do abandono escolar, a da minha irmã, 12 anos mais nova, é a das vias vocacionais.”

No acesso ao superior, mantém-se a disparidade. Cerca de um terço (34%) dos portugueses entre os 18 e os 22 anos frequenta uma licenciatura. É o dobro da percentagem registada entre os jovens dos PALOP (16%). E cinco vezes mais do que a que se verifica entre guineenses, são-tomenses e cabo-verdianos (a maior comunidade de imigrantes africanos).

“Como chegou a professora?”

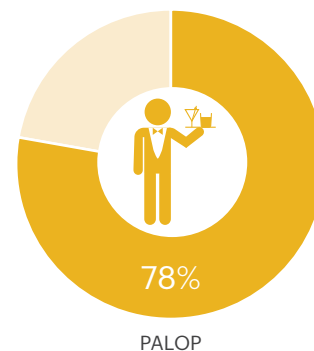
Os cursos vocacionais do ensino secundário destinam-se a alunos que procuram alternativas e a quem se encontra em risco de abandono escolar: o encaminhamento faz-se após um processo de avaliação, refere a Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Wisslaya Dias, 48 anos, foi professora de Educação Visual durante 19 anos, a maior parte ligada aos percursos alternativos e a desempenhar esse papel de avaliação. Coordenou os currículos alternativos numa escola em Camarate durante cinco anos e os Cursos de Educação e Formação numa escola em Odivelas. Acredita que podem ser uma alternativa – “a escola tem de oferecer várias” –, mas hoje acha preocupante a alta percentagem de afrodescendentes que seguem essa opção.

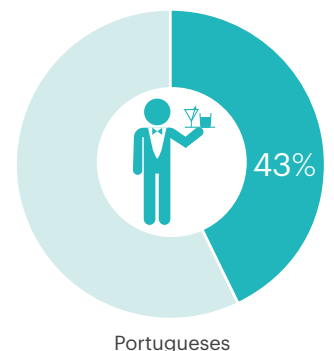
Explica-o com o facto de “ser mais fácil”: para quem encaminha e para os alunos. “Se havia selecção implícita de alunos por serem negros, não



Vias vocacionais
Ensino secundário 2013/2014



PALOP



Portugueses

Fonte: Os afrodescendentes no sistema educativo, Cristina Roldão e Pedro Abrantes

PÚBLICO

sentia. Mas quando saí [em 2014] e comecei a interessar-me por estas questões comecei a perceber que há um processo de canalização do sistema”, reconhece. “Às vezes questiono o facto de ser eu a escolhida para estar à frente daquele processo. Pode ter sido para facilitar.”

Na altura de enviar alunos para o estágio, havia empresas hoteleiras que não queriam que escolhesse negros: isto não era dito, mas estava implícito porque não havia afrodescendentes a trabalhar nesses sítios, analisa. Hoje, passados três anos de ter deixado a escola, lamenta o facto de ter pactuado com o sistema. “Nunca questioneei que poderia estar a acontecer um racismo subtil.”

Cresceu em pleno centro da cidade, num bairro onde a sua continuação a ser a única família negra desde há 42 anos. Ouvia muitas vezes: “Tu já não és preta.” “Esta expressão é o quê?”, interroga. “O que faz alguém

dizer que eu não sou negra?!”

Da escola fica-lhe a memória de muitos alunos negros perguntarem: como é que chegou aí? “Uma pessoa até apanha um susto. Aí onde? ‘Tirar o curso, ser professora.’ Nenhum aluno branco pergunta isso. Como é que esta ideia ficou tão enraizada na cabeça dos brancos, em que passando um nível nos branqueiam, e em que um negro pergunta como conseguimos chegar ali?”

Preconceitos castigam

A instituição escolar é predominantemente produtora de exclusão, afirma, por seu lado, Ana Benavente, coordenadora do Observatório de Políticas de Educação e Formação.

Estes dados sobre os afrodescendentes são um sinal de alerta e por isso são necessárias “políticas deliberadas de luta contra a desigualdade”, afirma. “Sendo que há domínios em que essa desigualdade

FOTOS: MARIO LOPES PEREIRA

Wisslaya Dias esteve quase todos os seus 19 anos de carreira ligada aos percursos alternativos



O racismo é desumanização” e os manuais reproduzem-no quando representam outros colectivos de forma passiva

Silvia Rodríguez Maeso
Socióloga

Porque “se apagam as crianças não-brancas dos manuais?”

Joana Gorjão Henriques

No Portugal dos Pequenitos, o colonialismo não acabou. Esculturas de homens negros de lábios vermelhos e enormes, sem roupa, representados como se fossem primitivos, estão em grande plano. Nas lápides de entrada, o texto fala em missão civilizadora, culturas pouco avançadas, descoberta de países, toda uma forma de contar a História à imagem do Estado Novo, período em que foi inaugurado este parque temático (1940). As crianças que o visitam reproduzem-no: “Aprendi que Cabo Verde já foi de Portugal. Outros países africanos, também”, diz ao PÚBLICO uma menina de visita. Portugal foi “descobrir o mundo e alargar o império”, comenta outra jovem, de forma entusiasmada.

Dias depois em Lisboa, em pleno centro histórico, Nina Vigon Manso abre livros da escola primária da filha de oito anos e refere passagens que veiculam o mesmo tipo de narrativa. No ano passado, fez queixa de um manual escolar por identificar conteúdos racistas, depois de a própria filha a ter alertado – era um poema que dizia: “H é a Helena, é preta, diz que é morena.” Explica: “A palavra preta é uma maneira de ofender, é um estigma e é utilizada como arma de arremesso”, comenta. A forma como está articulada a frase de que ela “é preta”, mas “diz que é morena”, sugere que o narrador a “está a desmascarar”: “Ou seja, a criança deduz que as pessoas pretas não são de confiança.”

Investigadora em Ciências Agrárias e da Alimentação e cientista social, Nina Vigon Manso critica a forma como a relação entre “o eu e o outro” é representada nos manuais: “A pessoa central é sempre a criança branca que está a mostrar o seu mundo. Num dos livros há a imagem de um menino loiro que viaja por vários sítios e vê crianças claramente estereotipadas e depois as desenha, ‘validando-as’.” Interroga: “Quando é que vai começar a acontecer serem as outras crianças a falar?”

Num outro livro de Estudo do

Meio, em que se analisam as cidades, faz-se passar a ideia de que os não-brancos “apareceram” no país “espontaneamente”. As crianças não-brancas continuam a ser tratadas como estrangeiras e não portuguesas. Por isso, “quem nasceu em Portugal lê aquilo e interroga-se: mas porque é que eu preciso de ser integrada?” E quando se chega à parte das profissões, nem uma das pessoas representadas é não-branca. “Com que direito é que se apagam as crianças não-brancas dos manuais, o direito a existir no seu próprio país?”

Conclui: “É suposto confiar no meu país, não tenho de andar a fazer um escrutínio dos livros que estão a ser dados na escola e a pensar que a minha filha está a ser alvo de racismo através dos manuais.”

O que mudou desde a queixa? “Nada, que eu saiba. E devia mudar.”

Problema de pessoas más?

O discurso que ali é mostrado não é assim tão diferente do que Marta Araújo, 45 anos, e Silvia Rodríguez Maeso, 43 anos, encontraram em manuais escolares do 3.º ciclo num projecto-chave entre 2008 e 2012 sobre a representação do colonialismo e da escravatura – mais recentemente desenvolvido no livro *Os Contornos do Eurocentrismo – Raça, História e Textos Políticos* (Almedina).

Uma das conclusões é que nos manuais predomina a narrativa de exclusão e de inferiorização das pes-

soas negras, e uma forma de contar a História que consagra uma hierarquia racial, explica Marta Araújo, a coordenadora deste projecto que durou de 2008 a 2012.

Na sua análise, verificaram que é também comum o “silenciamento da luta política” de libertação. Esta é uma das questões graves, considera Silvia Maeso, justamente porque “o racismo é desumanização” e os manuais reproduzem-no quando repre-

“O problema é que o conhecimento que transmitimos é racializado, mas não o vemos como tal”, diz investigadora que analisou manuais

sentam outros colectivos humanos de forma passiva, sem reagir a uma situação de violência, sem pensar politicamente, nem responder a uma relação de poder.

Num dos *workshops* com jovens que organizaram no âmbito do projecto, foram problematizadas as questões da memória da escravatura. Apresentaram cinco campa-

nhas para a abolição da escravatura. Nenhum dos participantes escolheu a imagem de escravos que se libertavam a si próprios.

Quiseram saber porquê. “Há um que diz: ‘Nunca me passou pela cabeça que fossem capazes de se libertar a si próprios.’ Ou seja, é a ideia do escravo como vítima que é incapaz de se organizar politicamente, que é incapaz de fazer uma luta e de se libertar da opressão. Isto implica uma discussão muito profunda e vem desde as noções mais básicas que aprendemos na escola primária.”

São concepções reproduzidas nas universidades – mesmo que alguns académicos o tenham questionado, nota Silvia Maeso. “O problema é que o conhecimento que transmitimos é racializado, mas não o vemos como tal.”

O racismo não é simplesmente “um problema das pessoas más”, diz Marta Araújo, para explicar o que é o racismo institucional. “Até mesmo quem está preocupado em denunciar vai perpetuando uma hierarquia racial.” Cita: “David T. Goldberg distingue o estado racista – que seria o *apartheid* – do estado racial, que tem uma legislação que não é explicitamente racista mas que também não tem medidas que promovam o fim do racismo institucional, que atribui direitos diferentes com base em raça”, afirma. “Isto vem desde a escola, e as instituições prolongam-no porque a sua concepção foi feita num mundo a pensar no privilégio branco.”

O Ministério da Educação diz que será apresentada em breve uma estratégia de educação para a cidadania, que inclui temas como a interculturalidade e o racismo. É uma das novidades do projecto-piloto de Autonomia e Flexibilidade Curricular e tem como objectivo potenciar uma abordagem integrada entre estes temas e os conteúdos de disciplinas como História e Geografia: “Este tipo de trabalho permitirá a exploração de outros materiais e recursos, além dos manuais, que já hoje são avaliados também sob critérios que visam garantir o respeito pela diversidade.”



Nina Vigon Manso fez queixa de um manual

de tem muito que ver com os estereótipos que estão na mentalidade dos próprios professores, autarcas, de todos os adultos que com eles convivem.”

A ex-secretária de Estado da Educação (1995-2001) não tem “qualquer dúvida” sobre a existência de racismo institucional no sistema de ensino, que continua a ser “um obstáculo àquilo que é a igualdade que a escola deve promover”. Dá o exemplo: “Numa turma de 2.º ciclo, há uma professora que chama um jovem ao quadro e ele, afrodescendente, vem gingando. A professora diz: ‘Achas que isso é maneira de te comportares? Fora.’ Há toda uma cultura e um modo de estar que são castigados pelos preconceitos e modelos dominantes.”

Seria necessário alargar e aprofundar esta análise sobre os afrodescendentes para “o conjunto dos alunos na sua diversidade”, em que “a variável étnico-racial fosse tida em conta”, defende.

Segundo o Ministério da Educação, o Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar e as medidas como as tutorias ou a eliminação de percursos de segregação precoce têm como objectivo a promoção da inclusão e do sucesso escolar de todos os alunos, especialmente os mais desfavorecidos, independentemente da sua origem. Com o Alto Comissariado para as Migrações, através de iniciativas como o Programa Escolhas, têm sido promovidos vários projectos no âmbito da interculturalidade e da inclusão, conclui.

DESTAQUE

RACISMO À PORTUGUESA IV

“A presença de negros na academia é nula”

Inocência Mata Professora universitária defende quotas para assegurar a representatividade racial em várias áreas. “Não é verdade que a classe social elimine o racismo. Vou a lugares onde sou a única negra e sou discriminada”

Entrevista Joana Gorjão Henriques

Inocência Mata é a única professora negra na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecciona desde 1990, no departamento de Literaturas Românicas. Está há três anos a dar aulas temporariamente em Macau. Isso não impede que quando chegue ao aeroporto de Lisboa seja chamada para ser revista ou conduzida à fila dos passaportes não-europeus. Ainda há pouco tempo, no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, andava à procura de uma secção, e a pessoa começou a descrever-lhe as direcções. “Quando vir uma placa a dizer consultas externas, vira – sabe ler?”
É a única professora negra na Faculdade de Letras. Por que acha que esta ausência de representatividade acontece em Portugal?
Entre os académicos, conheço pessoas que respeito que falam da desigualdade de género, mas não lhes passa pela cabeça que igualmente tão grave é a desigualdade étnico-racial. A

presença de negros na academia é nula. Isto é um grande problema, mais grave porque acontece na academia.

Mesmo que existam pessoas com um óptimo trabalho sobre questões de racismo na sociedade portuguesa, por exemplo, não vêem a falta de representatividade étnico-racial como um problema de justiça social como no caso da desigualdade de géneros. Por muito que estejam atentas, não são vítimas de racismo, e é isso que se tem de perceber quando se pede que a sociedade reflita a vários níveis a sua diversidade. Houve uma colega, querendo dizer que não era racista, que um dia me disse: “Não me lembro da cor das pessoas.” Eu respondi: “Sorte a tua, porque eu não consigo esquecer-me da minha cor. Mesmo que me esqueça, o quotidiano lembra-me.” O racismo é sobretudo uma questão de cor da pele (embora o racismo cultural seja também um problema a considerar).
Ainda não houve a tomada de consciência dessa necessidade?
No Brasil, os académicos assumiram como questão sua essas desigualdades e forçaram



a agenda política. É o que tem de acontecer em Portugal. Não estou à espera de que a Dona Maria comece a pensar assim. Eventualmente nunca pensará. Enquanto a academia não assumir isso como um problema, essa mudança nunca vai acontecer.
Não me falem de meritocracia, das maiores armadilhas na luta contra a desigualdade: é pôr o filho do médico que mora em Cascais e anda nas melhores escolas a fazer o mesmo teste que o jovem que mora no Bairro 6 de Maio (Amadora), esperando que tenham a mesma *performance*. É preciso dar ao jovem do 6 de Maio as mesmas oportunidades. A meritocracia é um dos mais perversos mitos que fazem perpetuar a exclusão de grupos.
Defende então quotas?
Defendo um tipo de discriminação positiva em várias áreas. Tem de haver uma política de representatividade, através da diversidade, porque está mais do que provado que é um aspecto importante para a democratização e a harmonia social.

As quotas têm de ser vistas apenas como uma estratégia que visa a promoção social de grupos

“
**Não me falem
de meritocracia,
das maiores
armadilhas
na luta contra
a desigualdade**

Inocência Mata
Professora universitária



mais excluídos, não uma medida que vai perdurar. A preocupação da representatividade deveria estar presente nas instituições públicas. Quantos professores universitários negros existem nas universidades? Não é estranho num país que se orgulha da sua “experiência” africana? Quantos deputados? Quantos directores de serviços públicos? Quantos ministros não-brancos teve este país? Não venham falar da Francisca van Dunem. E antes também que venham com o exemplo de António Costa, digo que me parece significativo que tenha sido precisamente no seu Governo a haver uma ministra negra no elenco governativo.
Ser negra interferiu na progressão da sua carreira?
Durante algum tempo houve quem tudo fizesse para me fazer crer que eu não deveria estar onde estava, como professora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ora, entrei mediante um concurso público, faço questão de o dizer.
Num concurso interno, uma professora chega-se ao pé de mim para me dizer que tinha gostado muito do meu relatório, que estava excelente, e acrescentou:



Acompanhe todos os desenvolvimentos sobre este tema em www.publico.pt

ascensão social?

Não é verdade que a classe social elimine o racismo. Vou a lugares onde sou a única negra e sou discriminada. Não é uma questão de discriminação social, é da cor da pele. Só diz isso quem não passa pelos constrangimentos pelos quais os negros passam.

Quais foram os desafios de trabalhar temas como as literaturas africanas?

Trabalho numa área que,

A série *Racismo à Portuguesa* começou com um trabalho sobre o sistema judicial português. Nas próximas semanas, ao sábado, iremos publicar artigos sobre como se manifestam as desigualdades raciais em Portugal em diversas áreas. Falámos com

procuradores, advogados, professores, activistas, investigadores, artistas. Analisámos estatísticas, recolhemos testemunhos de quem se sente vítima de racismo, cerca de 50 pessoas de várias classes sociais. Encerramos com uma

reflexão sobre as marcas do colonialismo no país. Esta é a segunda parte da série *Racismo em Português*, que publicámos entre 2015 e 2016, com reportagens sobre o colonialismo em África. Centra-se, assim, no racismo contra os negros.

na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é considerada “menor” por muita gente. Infelizmente, gente com algum poder – e que não sabe nada dos Estudos Africanos e do que se passa no mundo académico, as mudanças que se vêm operando.

Mas a área foi ganhando espaço também por causa da importância que os países africanos vêm ganhando. Fomos

conseguindo conquistar espaço, obviamente com o apoio de colegas das áreas afins, e hoje a faculdade tem nos seus planos curriculares no âmbito das literaturas e culturas não apenas uma unidade curricular de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, mas várias disciplinas de Literatura Angolana, Moçambicana, Literaturas Insulares, Literatura Colonial, Literaturas Pós-Coloniais (entre

outras). Sem falar de unidades curriculares sobre culturas e civilizações africanas. Foi uma conquista e também uma evidência de que as mentalidades estão a mudar. Ainda que acredite que em muitas cabeças as disciplinas de literaturas e culturas africanas ainda sejam “matérias menores”, quero crer que essas pessoas são passado.

jgh@publico.pt

“Não estava à espera.” Fiquei varada. Não estava à espera por eu ser negra? Na faculdade vivi episódios muito tristes. Uma vez ia a entrar para uma sala onde haveria uma reunião e ouvi uma colega, que não me tinha visto, dizer “não sei o que é que esta preta veio para aqui fazer”. Ficaram todos constrangidos quando entrei, mas fingi que não tinha ouvido nada. Entre muitos outros episódios, inclusive nos serviços administrativos.

Recentemente, há três anos, impugnei um concurso. Custa-me falar disso porque me considero ostensivamente discriminada, prejudicada. Não quero acreditar que seja uma questão de racismo. Não me conformei. A questão foi objecto de acção judicial no competente Tribunal Administrativo, encontrando-se a aguardar decisão.

Não é fácil progredir na carreira na universidade portuguesa porque não é questão de mérito mas de vagas – e não tem havido vagas, o que é uma perversidade do sistema, pois o “sinal” que a tutela envia é que não importa o quanto trabalhes não serás promovido.

O racismo desaparece com a

PUBLICIDADE

super
jackpot
mínimo
garantido

ESTA SEXTA
O QUE FARIA COM

130
milhões

euromilhões
a criar excêntricos de um dia para o outro

Saiba mais em www.jogossantacasa.pt

Proibido jogar a menores de 18 anos | Linha Direta Jogos 808 203 377 (das 8h às 24h)
Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

JOGOS
SANTACASA